

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Retórica anti-China trava uso de fundo bilionário no Brasil	2
Título: Mourão prepara visita ao país asiático para reativar comissão sino-brasileira	4
Título: Venda de campos maduros pode impulsionar setor	5
Título: Destaques	7
Título: AES Tietê não está 'desesperada' por ativos, diz presidente.....	8
Título: Vale alivia perdas do Ibovespa.....	10
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: Produtor rural terá subsídio à energia regulado	11
Título: A R\$ 3,83, dólar registra a maior cotação do ano.....	13
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	14
Título: Setor elétrico já tem as próximas seis datas de leilão de geração	14
VEÍCULO: O Globo.....	14
Título: Vale tem alta de 2,8% após troca de comando	14
Título: Dólar tem alta de 1,42% devido a 'ruído político'	15
Título: Integrantes da CNBB criticam ações do governo.....	16

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 07/03/2019****Seção: Brasil****Autor: Daniel Rittner e Ana Krüger | De Brasília****Título: Retórica anti-China trava uso de fundo bilionário no Brasil**

A retórica do presidente Jair Bolsonaro sobre a China e seus investimentos no Brasil travou o primeiro desembolso do fundo multibilionário idealizado pelos dois países para impulsionar a cooperação econômica bilateral.

Lançado em 2015, durante encontro em Brasília do primeiro-ministro Li Keqiang com a então presidente Dilma Rousseff, o Fundo de Cooperação Brasil-China para Expansão da Capacidade Produtiva demorou quase três anos para ser estruturado e chegar à lista final de candidatos aos primeiros aportes. Após uma extensa seleção de projetos, havia conversas bastante avançadas para o anúncio do financiamento de estreia do fundo - provavelmente em outubro do ano passado.

A lista de ativos analisados pelos dois governos tem sido mantida em sigilo por cláusulas de confidencialidade. O **Valor** apurou, porém, que a linha de transmissão responsável pelo escoamento de energia da usina hidrelétrica de Belo Monte (PA) até o Rio de Janeiro estava praticamente definida como desembolso inaugural.

Orçado em quase R\$ 10 bilhões, o linhão está em obras e tem previsão de entrega para dezembro. Ele vem sendo financiado com empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A intenção era usar recursos do fundo como "equity" para a compra de uma fatia acionária de até 40% do empreendimento controlado pela State Grid.

Na reta final das tratativas, declarações de Bolsonaro sobre os investimentos chineses no país levaram Pequim a colocar um freio na liberação dos recursos.

Segundo diversas fontes do lado brasileiro, em nenhum momento houve menção específica dos asiáticos sobre a postura de Bolsonaro, mas foi nítida a percepção de que os chineses preferem aguardar para saber como vão ficar as relações bilaterais.

Antes mesmo de começar formalmente a campanha eleitoral, o então pré-candidato do PSL irritou o Partido Comunista da China ao viajar em fevereiro para Taiwan, como parte de um giro pela Ásia. A ilha tem sua soberania

reivindicada pelos chineses, que a consideram uma província sem direito de ter relações independentes com outros Estados.

Em pleno segundo turno, Bolsonaro queixou-se de que a China, responsável por US\$ 69,2 bilhões em investimentos no Brasil acumulados de 2003 a 2018, "não está comprando no Brasil, está comprando o Brasil". Já na liderança das pesquisas, ele ainda falou sobre a China para ilustrar suas preocupações com a privatização da Eletrobras: "Quando você vai privatizar, você vai privatizar para qualquer capital do mundo? Vai deixar o Brasil na mão do chinês?".

O último mal-estar veio como desdobramento de uma visita à China de deputados eleitos pelo PSL, duas semanas antes de tomarem posse, para ver o sistema de reconhecimento facial desenvolvido no país. O ideólogo Olavo de Carvalho, apontado como guru de Bolsonaro, chamou os congressistas de "idiotas" e "bando de caipiras". Na ocasião, Olavo cobrou o governo. "Cadê o Executivo? O Executivo vai deixar esses caras irem para lá e entregar o Brasil ao poder chinês?", questionou.

A trava imposta na liberação do primeiro desembolso surge como alerta dos potenciais estragos causados por essa retórica. O fundo com o Brasil tornou-se referência global e pode chegar a US\$ 20 bilhões. Isso porque o governo chinês tem 16 arranjos bilaterais espalhados pelo mundo, mas o mecanismo com o Brasil é o único com gestão paritária: representantes dos dois lados têm o mesmo peso, o que é determinante para não haver exigências sensíveis - como o fornecimento obrigatório de equipamentos ou mão de obra pelo gigante asiático.

Dos US\$ 20 bilhões, US\$ 15 bilhões seriam do Fundo de Cooperação Chinês para Investimento na América Latina (Claifund). O restante viria do lado brasileiro. BNDES e Caixa são os operadores preferenciais, mas a participação é aberta para outras instituições. Não há aportes orçamentários.

Cinco projetos - quatro de infraestrutura e um da área industrial - haviam sido pré-selecionados. Eles totalizam US\$ 2,4 bilhões. O fundo foi colocado à disposição dos grupos vitoriosos nos leilões do Programa de Parcerias de Investimento (PPI) como alternativa de financiamento ou "equity". A candidatura a receber recursos se dá por meio de cartas-consulta enviadas à secretaria-executiva do fundo, que ficava com o antigo Ministério do Planejamento e ainda está órfã.

O comitê diretivo do fundo, sua instância máxima de deliberação, ainda não se reuniu neste governo. Ele é formado três representantes com nível de vice-ministro de cada país. Do lado brasileiro, são os secretários-executivos do

Ministério do Planejamento (hoje Economia) e da Casa Civil, além do secretário-geral das Relações Exteriores.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/03/2019

Seção: Brasil

Autor: Carla Araújo | De Brasília

Título: Mourão prepara visita ao país asiático para reativar comissão sino-brasileira

Caberá ao vice-presidente Hamilton Mourão uma tentativa de deixar qualquer constrangimento de lado e aprofundar as relações da China com o novo governo brasileiro. Ele está propondo uma data, entre a segunda quinzena de maio e a primeira de junho, para reativar a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação (Cosban).

O mecanismo de diálogo político, encabeçado pelo vice-presidente brasileiro e pelo vice-primeiro-ministro chinês, reuniu-se pela última vez em 2015.

"Vamos montar um cronograma, definir as áreas que consideramos essenciais nesse relacionamento. Nós temos, principalmente, que dar um recado político neste momento, no nosso relacionamento com a China, até porque existe essa guerra comercial entre as duas grandes potências, que são a China e os Estados Unidos, e nós temos que nos posicionar", disse Mourão ao **Valor**.

Questionado sobre qual será esse posicionamento, afirmou ainda ser preciso aguardar decisões de Jair Bolsonaro. "Agora, nós temos que saber obter o melhor desse processo", acrescentou.

Já está certo que a próxima reunião do colegiado será na China. A Cosban é composta por 11 subcomissões: política; econômica-comercial; financeira; de inspeção e quarentena; de agricultura; energia e mineração; ciência, tecnologia e inovação; espacial; de indústria e tecnologia da informação; cultural; e educacional.

Em conversa com o **Valor**, na semana passada, Mourão disse que tem tratado de relações internacionais em conversas com embaixadores e confirmou que está atualmente "focado na questão das relações com a China".

Um dos chefes de representações diplomáticas com quem o vice já esteve foi o novo embaixador chinês em Brasília, Yang Wanming, que chegou à capital brasileira no fim do ano passado. Yang é um dos diplomatas da China mais experientes nas relações com a América Latina e foi embaixador em Buenos Aires, na Argentina, e em Santiago, no Chile.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 07/03/2019****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito e André Ramalho | Do Rio****Título: Venda de campos maduros pode impulsionar setor**

O plano da Petrobras de acelerar a venda de campos maduros terrestres e em águas rasas pode desencadear uma série de investimentos nessas áreas e na cadeia de fornecedores da indústria de óleo e gás natural, avaliam especialistas e executivos ouvidos pelo **Valor**. A expectativa é que o desenvolvimento desses campos, nas mãos de outras empresas de menor porte, deverá gerar mais demandas por equipamentos e arrecadação de impostos.

"Temos campos terrestres, campos de águas rasas e alguns campos em águas profundas que envelheceram. Eles são pequenos em relação às dimensões dos campos maiores de águas profundas e o pré-sal. Então nós temos certeza que outros produtores terão condições de cuidar melhor deles", disse o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, em entrevista coletiva sobre o resultado de 2018, na última semana.

A petroleira já informou a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a intenção de vender 70% de um total de 250 campos maduros terrestres e em águas rasas. Para o diretor da autarquia, Décio Oddone, a medida pode provocar uma retomada nos investimentos nessas áreas.

"Para a União, é importante que esses campos recebam investimentos o mais rapidamente possível", afirmou Oddone. "Não vamos modernizar a indústria de petróleo no Brasil só trazendo as grandes empresas para operar no pré-sal", completou ele.

De acordo com a agência, a produção de petróleo em águas rasas no país caiu 40%, entre 2013 e 2018, para 166 mil barris diários. A produção terrestre, por sua vez, recuou 36%, entre 2012 e 2018, para 115 mil barris diários. Na área de exploração, o número de poços perfurados em águas rasas caiu 90%, entre 2012 e 2017, para sete unidades, enquanto a perfuração em terra, recuou 73% entre 2015 e 2017, para 85 poços.

Segundo Marcelo Bastos, sócio diretor da consultoria B-in Partners, empresas menores terão melhores condições para desenvolver essas áreas, pois operam

com um padrão de custo mais baixo. "O resultado é uma maior produção de petróleo no país, maior arrecadação de royalties e maior demanda para a indústria de serviços", completou ele.

Victor Galante, sócio do Tauil & Chequer Advogados, concorda com a avaliação do consultor. "Quando você desenvolve um campo maduro, de águas rasas, blocos onshore, você consegue movimentar toda a indústria. Você vai ter pequenas e médias empresas contratando mão de obra, contratando serviços de perfuração, de produção, etc", explicou.

Na última semana, a Petrobras informou que teve início a fase vinculante do processo de cessão da totalidade de suas participações nos campos terrestres Lagoa Parda, Lagoa Parda Norte e Lagoa Piabanha, no Espírito Santo.

A petroleira tenta vender os seus campos em águas rasas e terrestres desde 2016, mas o processo de desinvestimentos desses ativos pouco avançou desde então. Em três anos, o saldo é de 37 concessões vendidas e 66 ainda em fase de negociações. Embora cerca de um terço dos ativos tenha sido vendido, nenhum negócio foi concluído até o momento.

Logo no primeiro ano, a venda desses ativos sofreu alguns reveses na Justiça e dentro do próprio Tribunal de Contas da União (TCU), que questionavam a falta de transparência da estatal em seus processos de desinvestimentos. As contestações levaram a petroleira a adotar uma nova sistemática de venda e, em 2017, os desinvestimentos foram retomados do zero.

No fim do ano passado, a companhia fechou seus dois primeiros contratos: com a Perenco, para venda dos campos de Pargo, Carapeba e Vermelho, na costa do estado do Rio de Janeiro, por US\$ 370 milhões; e com a 3R Petroleum, para alienação de 34 campos terrestres na Bacia Potiguar, por US\$ 453,1 milhões.

A venda dos ativos em terra, contudo, se encontra suspensa desde dezembro, por força de uma liminar concedida pela Justiça do Trabalho do Rio Grande do Norte, sob a alegação de que o representante dos empregados não estava presente na reunião do conselho de administração que aprovou o negócio.

Diante da demora para concluir as negociações, a ANP decidiu, no ano passado, pressionar para que a estatal acelere as negociações de seus campos terrestres e em águas rasas. O órgão regulador obrigou a Petrobras a apresentar uma lista com os campos de produção da Rodada Zero (cujas concessões vencem a partir

de 2025) com os quais pretende ficar e aqueles que pretende vender e devolver à União.

A agência definiu então um prazo até junho deste ano para que a estatal conclua os processos de desinvestimentos em curso. Foi após a decisão da autarquia que a petroleira informou a intenção de vender cerca de 70% dessas concessões. Além disso, a estatal pediu a postergação do prazo para concluir os negócios. A agência ainda analisa o pleito.

Para o professor do Grupo de Economia da Energia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GEE/UFRJ) Edmar Almeida existem alguns entraves que dificultam a venda dos ativos em terra e águas rasas no Brasil. No caso dos campos onshore, ele destaca que a monetização do óleo é difícil e muito dependente da Petrobras, que concentra 98% da capacidade de refino do país e detém a maior parte da logística de escoamento.

O especialista também explica que há pendências regulatórias relacionadas às atividades de descomissionamento, sobretudo das plataformas marítimas.

"Muitos campos ainda dependem de extensão dos contratos de concessão e, enquanto a ANP e Ibama não concluem a revisão do arcabouço regulatório do descomissionamento, há incertezas sobre com quem ficam os passivos de abandono das plataformas. Isso tudo dificulta as negociações. E, enquanto a Petrobras não vender esses ativos, não há investimentos. A produção desses campos maduros continua em declínio e a cadeia de fornecedores continua desmobilizada", afirmou Almeida.

Bastos, da B-In Partners, compartilha da visão do professor. Para ele, a demora na revisão da regulação para o descomissionamento leva empresas menores a serem mais conservadoras, subestimando os valores dos ativos por segurança. "Isso pode tornar a aquisição inviável economicamente, deixando de produzir um volume de óleo relevante, reduzindo a atividade da indústria e acelerando a perda de receita para municípios em áreas maduras."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/03/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Minério de ferro estável

Após duas sessões em queda, os preços do minério de ferro parecem ter se estabilizado na Ásia e fecharam a sessão de ontem praticamente sem variação. Segundo a publicação especializada "Fastmarkets MB", a tonelada do minério com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao subiu US\$ 0,02 frente ao dia anterior, a US\$ 87,05 a tonelada. No mês, a commodity acumula ganho de 2% e no ano, de 19,7%. Nesta semana, segundo a Fastmarkets, a autoridade da cidade de Wu'an, no norte da China, impôs um plano de redução nas operações das 14 siderúrgicas locais, que deve durar até 31 de março, ampliando as restrições à produção de aço já tradicionais no inverno. Ao mesmo tempo, continuam as incertezas quanto ao impacto do desastre na mina da Vale em Brumadinho (MG) na oferta global da commodity.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: AES Tietê não está 'desesperada' por ativos, diz presidente

O cumprimento da meta de diversificação do portfólio de geração de energia da AES Tietê vai depender de ativos que ofereçam retornos adequados, disse Ítalo Freitas, presidente da companhia, em entrevista ao **Valor**.

Com a finalidade de reduzir a exposição ao risco hidrológico, a AES Tietê iniciou um processo de diversificação das suas fontes, com investimentos em geração eólica e solar fotovoltaica. A meta oficial é que 50% do seu Ebitda (sigla em inglês para resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização) seja gerado por fontes não hídricas em 2020. Até o fim de 2018, a companhia tinha atingido um terço da geração não hídrica.

"Quero cumprir a meta, por uma questão de equilíbrio de fontes, para ter opcionalidade e correlação negativa entre as fontes. Mas não tenho desespero de comprar qualquer coisa no mercado", afirmou. Para o executivo, as hidrelétricas continuam sendo muito importantes para a companhia. Mesmo o GSF (sigla em inglês para a diferença entre o que as usinas geraram e o que foi vendido) não assusta tanto a AES Tietê. "Conseguimos mitigar a questão somente com geração hídrica", lembrou Freitas. Para isso, a companhia descontratou energia e comprou contratos no mercado livre como proteção.

Cumprir a meta em 2020 é algo "muito difícil", admitiu Freitas, para quem isso não é motivo de preocupação. Para que o objetivo possa ser alcançado, a

companhia precisaria comprar um grande ativo de geração não hídrica ainda neste ano, mas tudo depende dos retornos oferecidos.

Depois de aquisições importantes de empreendimentos das fontes eólica e solar nos últimos dois anos, a AES Tietê fez uma proposta, no fim de 2018, pelo complexo Alto Solar III, da Renova Energia. A oferta, contudo, foi rejeitada em janeiro, em meio a um conflito entre os sócios da companhia renovável, conforme o **Valor** apurou.

Geradora segue confiante sobre aprovação do projeto de lei que resolve a guerra de liminares do GSF

Freitas não descartou de forma definitiva que as conversas com a Renova possam ser retomadas, mas o projeto ainda precisaria se enquadrar nos critérios que a companhia utiliza para investimentos, que precisam ter "bons retornos" e sinergia operacional, entre outras questões.

Enquanto os sócios da Renova não se decidem e o tempo passa, a AES Tietê vê outras oportunidades no mercado. "Estamos com um pipeline bom, na maioria das vezes de fonte eólica. Temos várias opções, alguns ativos em situação mais operacional, outros em construção", disse.

A AES Tietê continua aguardando um desfecho da questão do GSF, confiante de que uma solução já aprovada pelo Senado terá também o aval da Câmara e permitirá que os agentes do mercado livre de energia repactuem as suas respectivas dívidas.

Ao fim de 2018, a companhia tinha R\$ 979,7 milhões provisionados para eventualmente fazer frente ao pagamento da exposição ao GSF, caso a União consiga derrubar a liminar que limita os efeitos sobre as geradoras, ou o projeto de lei seja aprovado e as empresas cheguem a um acordo para abrir mão das ações na Justiça. Nesse caso, mesmo tendo os valores provisionados, a AES Tietê espera contar com um parcelamento, desde que as condições oferecidas compensem.

O eventual desembolso, contudo, terá efeito sobre a dívida da companhia. Ao fim do ano passado, a alavancagem medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda estava em 2,99 vezes. Da dívida líquida de R\$ 3,1 bilhões de 2018, uma parcela significativa, de R\$ 949 milhões, vence em 2020.

Para fazer frente ao desembolso do GSF e também financiar novas aquisições, a AES Tietê avalia opções no mercado. O executivo confirmou que chegou a considerar uma oferta de ações para financiar o investimento em Alto Sertão III, mas destacou que há outras possibilidades na mesa. "Temos possibilidades envolvendo ações preferenciais, de ter um sócio a nível de governo, de

aumentar o covenant", disse, completando que o endividamento da companhia hoje "não é uma situação crítica".

A companhia está confortável e avalia diversas opções para melhorar e alongar seu perfil de endividamento. "Agora que o Brasil está mais 'animado' vemos uma abertura maior do mercado financeiro", disse Freitas. "Vemos soluções bem interessantes no mercado", completou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/03/2019

Seção: Finanças

Autor: Juliana Machado e Victor Aguiar | De São Paulo

Título: Vale alivia perdas do Ibovespa

O primeiro pregão do Ibovespa após o Carnaval foi marcado por um ajuste negativo, com certa demonstração de cautela dos investidores com mais sinais do governo de dificuldades na sua comunicação. A Vale foi a grande responsável por garantir que o índice não aprofundasse a baixa até os 93 mil pontos ontem, dia em que o exterior também não forneceu suporte para a renda variável.

O Ibovespa encerrou em baixa de 0,41%, aos 94.217 pontos, depois de tocar a mínima intradiária em 93.945 pontos. Com o horário mais reduzido do pregão, das 13h às 18h, o giro financeiro das ações do índice foi pequeno, de R\$ 6,9 bilhões. No acumulado do ano, o índice ainda sobe 7,20%.

Os fundos locais ainda são os principais responsáveis pela movimentação do mercado acionário, e o investidor por aqui demonstra que está com a paciência limitada para o vaivém envolvendo o governo. O presidente Jair Bolsonaro se envolveu em polêmicas em sua página do Twitter, ao publicar vídeo na rede social. O investidor não se abalou com o alvoroço, mas, ao mesmo tempo, o entusiasmo ficou limitado por causa do debate envolvendo a reforma da Previdência.

O burburinho se insere no contexto de dificuldades do governo de estabelecer uma comunicação com a sociedade - e isso é importante porque a pauta da reforma ainda carece de apoio dos parlamentares. O texto ainda não conseguiu um nível de apoio adequado na Câmara, onde tramita atualmente. O ministro-

chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, já admitiu que o texto da reforma enviado ao Congresso sofrerá mudanças.

Os investidores estrangeiros ainda demonstram que, enquanto não houver um ambiente mais propenso à aprovação da reforma, não vão elevar a alocação na renda variável do país. Essa classe de investidores retirou R\$ 2,61 bilhões da bolsa brasileira em fevereiro, segundo dados mais recentes da B3.

Empresas de commodities metálicas foram o destaque do índice ontem, com ênfase nas ações da Vale (2,8%) e da CSN (9,39%). Ontem foi o primeiro pregão depois do afastamento temporário do diretor-presidente, Fabio Schvartsman. O investidor, no entanto, reagiu com neutralidade ao evento.

Analistas já haviam afirmado ao **Valor** que esperavam essa reação do papel. Além de não ter sido exatamente uma surpresa, a decisão se insere no plano da empresa de dar continuidade às atividades e responder ao clamor público desde o rompimento da barragem de rejeitos em Brumadinho (MG).

A confirmação da mudança na Vale aconteceu no sábado. No pregão em Nova York na segunda-feira, o recibo de ação (ADR) da mineradora chegou a cair mais de 3%, mas absorveu o impacto e subiu 2,2% no acumulado em dois pregões. Isso também contribuiu para a alta da Vale ontem.

Relatório do Itaú BBA diz que a saída de Schvartsman é um pouco amarga, mas não há mudanças previstas na estratégia da companhia. O mercado tinha grande confiança no trabalho do executivo à frente da empresa, mas a alternância já foi precificada pelo investidor.

"Uma mudança interna é a melhor alternativa para a Vale agora e [o escolhido presidente interino, Eduardo] Bartolomeo pode ser indicado como presidente permanente no futuro, dado seu sólido histórico construído dentro da companhia", diz o banco.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 07/03/2019

Seção: Economia

Autor: Anne Warth / BRASÍLIA

Título: Produtor rural terá subsídio à energia regulado

Consenso é que ajuda tem de acabar de forma gradual nos próximos cinco anos; irrigantes terão condições especiais

O governo prepara um novo decreto para regulamentar o fim do desconto na energia para consumidores rurais do País. O benefício custa R\$ 3,4 bilhões por ano e é pago pelos demais consumidores de energia do País. Já há consenso de que o subsídio deve mesmo acabar, de forma escalonada, ao longo dos próximos cinco anos. Mas para diminuir a resistência do agronegócio, o texto voltará a permitir que produtores que fazem uso de irrigação acumulem dois descontos até a extinção dos benefícios. O desconto médio dos consumidores rurais era de R\$ 47,88 em 2016. Os irrigantes, em média, tinham um desconto bem maior, de R\$ 642,64. Além de permitir que irrigantes acumulem os dois benefícios, o texto determina que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) fiscalize a concessão do subsídio.

Essa obrigação por parte do órgão regulador já está prevista em lei, mas o trabalho da Aneel foi criticado em análises feitas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que encontrou indícios de fraudes. O novo decreto será enviado à Casa Civil nos próximos dias, para ser assinado pelo presidente Jair Bolsonaro. O texto foi construído pelos Ministérios da Agricultura, Desenvolvimento Regional, Economia, **Minas e Energia**, Casa Civil e pela Aneel. Decreto de Temer.

No fim do ano passado, o ex-presidente Michel Temer assinou um decreto para extinguir, no prazo de cinco anos, o subsídio de energia concedido a agricultores, que varia de 10% a 30%. Temer também impediu o acúmulo de subsídios por irrigantes, que têm desconto assegurado por uma outra lei, que varia de 60% a 90%. O decreto foi alvo de críticas da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Em seguida, parlamentares se movimentaram para derrubá-lo por meio de um decreto legislativo, o que permitiria a recriação do benefício. O governo, no entanto, se articulou para impedir a votação da proposta e prometeu oferecer outra solução.

Em 2016, segundo dados do TCU, 167 unidades consumidoras no Distrito Federal receberam o subsídio da irrigação, totalizando R\$ 3,8 milhões. O valor médio de desconto por unidade consumidora foi de R\$ 22,7 mil, e o consumidor que recebeu o maior benefício foi de R\$ 385 mil naquele ano. Ainda de acordo com o TCU, 53,05% dos clientes do Distrito Federal não constavam nas bases de dados das agências reguladoras como titulares de outorga de uso de recursos hídricos – ou seja, estavam irregulares. O orçamento de subsídios no setor elétrico deve somar R\$ 20,2 bilhões neste ano e já representa 9,3% da conta de luz dos consumidores.

Como já mostrou o Estadão/Broadcast, o tema dos subsídios do setor elétrico está na mira do TCU. O entendimento da área técnica do órgão e do ministro Aroldo Cedraz, relator do caso, é de que a maior parte desses descontos fere leis do setor e a própria Constituição. A avaliação do TCU é a de que os subsídios concedidos para irrigação, agricultura e empresas de saneamento não têm

relação com a política energética do País e só podem ser financiados com recursos públicos do Orçamento Geral da União – ou seja, por meio de impostos. A cobrança de taxas na conta de luz para sustentar esses privilégios foi considerada ilegítima e permitiu a criação de um "orçamento paralelo", sem controle ou teto de gastos, disse o ministro, em seu voto. O caso está nas mãos do ministro Walton Alencar, que pediu vista do processo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 07/03/2019

Seção: Economia

Autor: Altamiro Silva Junior Paula Dias

Título: A R\$ 3,83, dólar registra a maior cotação do ano

O dólar fechou ontem na maior cotação do ano, a R\$ 3,8347, menor apenas que o último fechamento de 2018 (em 28 de dezembro), que ficou em R\$ 3,8755. Em dia de agenda doméstica fraca, o câmbio foi principalmente pressionado pelo exterior. A quarta-feira foi marcada pelo aumento da aversão ao risco no mercado financeiro internacional e fortalecimento do dólar ante as moedas de emergentes, por conta de renovadas preocupações sobre a desaceleração da economia mundial e com os investidores na expectativa pelos desdobramentos das negociações comerciais entre a China e os Estados Unidos.

Com isso, no Brasil o dólar à vista subiu 1,41%, a segunda maior alta nos emergentes, atrás apenas da Argentina (+2,30%). A Bolsa manteve o tom negativo na volta do feriado de carnaval e o índice Bovespa fechou em leve baixa, ainda no patamar dos 94 mil pontos. Com a agenda doméstica esvaziada, coube ao cenário internacional determinar o viés de baixa do índice, em meio a preocupações sobre o ritmo da economia mundial. Com as Bolsas de Nova York em queda generalizada e o dólar avançando firmemente ante o real, o Ibovespa fechou com perda de 0,41%, aos 94.216,87 pontos. Vale. As ações da Vale foram o destaque positivo do dia, com alta de 2,80%, no primeiro pregão após a substituição de Fabio Schvartsman por Eduardo Bartolomeo na presidência da empresa.

"O ADR da Vale, que chegou a cair 5% na segunda-feira, acabou por recuperar valor lá fora e ainda contabiliza ganhos no acumulado da semana", disse Luiz Roberto Monteiro, operador da Renascença Corretora.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 07/03/2019****Seção: Colunas****Autor: Maria Cristina Frias****Título: Setor elétrico já tem as próximas seis datas de leilão de geração**

Mercado Aberto

O calendário dos leilões para contratação de geradoras de energia para 2019, 2020 e 2021 foi publicado pelo governo. São seis datas previstas.

“Ter tempo para planejar é bom, pois dá mais chances para os investidores se prepararem”, diz Thais Prandini, da consultoria Thymos.

O setor elétrico pedia para que houvesse uma previsibilidade da agenda há anos — a indústria precisa de muito capital para construir usinas de geração, e é importante ter sinais de que haverá contratações.

“Sempre começávamos o ano com essa pergunta: haverá leilão? Agora saberemos que sim, e em quais dias”, diz Elbia Gannoum, presidente executiva da Abeeólica (associação das eólicas).

Estão previstos dois tipos de contratos, os que exigem entrega da energia em quatro anos (mais característicos de fontes como eólica, solar e biomassa) e os de seis anos (voltados a hidrelétricas e térmicas).

Há discussões no Congresso sobre a contratação: se deve levar em conta unicamente o preço da energia ou também o tipo de matriz.

VEÍCULO: O Globo**Data: 07/03/2019****Seção: Economia****Autor: RENNAN SETTI E ANA PAULA RIBEIRO****Título: Vale tem alta de 2,8% após troca de comando**

Recibos de ações da empresa haviam subido em NY no carnaval, com anúncio da saída de Fabio Schvartsman. Analistas de mercado veem Eduardo Bartolomeo como um bom nome para controlar desgaste da mineradora

RIO E SÃO PAULO- As ações da Vale fecharam ontem em valorização de 2,80%, no primeiro pregão da Bolsa brasileira após a troca de comando da mineradora,

ocorrida em pleno carnaval. Fabio Schvartsman foi afastado temporariamente da presidência da empresa, em reação à pressão das autoridades por causa da tragédia em Brumadinho (MG). Eduardo Bartolomeo assumiu como presidente interino.

Já o Ibovespa, principal índice do mercado acionário local, recuou 0,41%, aos 94.216 pontos, enquanto o dólar avançou 1,42%, a R\$ 3,836, devido a uma maior aversão ao risco no exterior.

— A percepção que se forma entre investidores é que, com a mudança, a Vale está dando ao mercado uma resposta positiva. Mostra que ela percebeu o problema que foi causado e está se mobilizando para controlar o desgaste — afirmou Ricardo Zeno, sócio da consultoria de investimentos Guia da Bolsa, acrescentando que o preço da ação da mineradora está abaixo do das concorrentes.

Em Nova York, os recibos de ações da Vale tiveram valorização na segunda (0,24%) e na terça-feira (1,93%). Ontem, caíram 1,34%.

Em relatório, o banco JP-Morgan ponderou que, embora a mudança na presidência seja considerada negativa para a Vale, “Bartolomeo é um nome experiente nesse setor e deve ser bem recebido pelo mercado.” Segundo o analista Rodolfo Angele, “a companhia continua sendo um ativo sólido”. E acrescentou: “A tragédia em Brumadinho deve resultar em maior escrutínio do governo daqui para frente e possível mudança regulatória. Entretanto, achamos que o setor vai sobreviver.”

Karel Luketic, chefe de pesquisas da XP, reiterou a recomendação de compra dos papéis da Vale após a mudança na presidência. Ele ressaltou que Bartolomeo é “um nome familiar a todos, com dez anos de experiência na Vale, vasto conhecimento da empresa e respeitado pelo mercado.”

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/03/2019

Seção: Economia

Autor: RENNAN SETTI E ANA PAULA RIBEIRO

Título: Dólar tem alta de 1,42% devido a ‘ruído político’

Episódio polêmico envolvendo o presidente se soma a cenário externo desfavorável, dizem analistas. Moeda americana atinge maior patamar do ano. Perda do real supera a das 16 principais divisas globais

RIO E SÃO PAULO- O Ibovespa encerrou ontem em queda de 0,41%, aos 94.216 pontos. Já o dólar comercial avançou 1,42%, a R\$ 3,836, maior cotação do ano

— segundo analistas, a um ambiente de maior aversão a risco, somou-se a nova polêmica criada pelo presidente Jair Bolsonaro ao divulgar um vídeo obsceno nas redes sociais.

O real teve a maior perda entre as 16 principais moedas globais e o segundo pior desempenho entre emergentes.

— Podemos dizer que o mercado ainda não reagiu negativamente como se esperava, mantém uma certa benevolência. Mas parece-me que essa paciência já está no limite — disse à agência Bloomberg Italo Abucater, gerente da mesa de câmbio da corretora Tullett Prebon.

Também à Bloomberg, Rafael Passos, da equipe de análise da Guide Investimentos, disse que o episódio do tuíte presidencial contribuiu como “ruído político”. Ele acredita, porém, que as atenções agora vão se voltar para a tramitação da reforma da Previdência.

Na contramão do mercado, as ações da Vale fecharam ontem em valorização de 2,80%, no primeiro pregão da Bolsa brasileira após a troca de comando da mineradora, ocorrida em pleno carnaval. Fabio Schvartsman foi afastado temporariamente da presidência da empresa, em reação à pressão das autoridades por causa da tragédia em Brumadinho (MG). Eduardo Bartolomeo assumiu como presidente interino.

— A percepção que se forma entre investidores é que, com a mudança, a Vale está dando ao mercado uma resposta positiva. Mostra que ela percebeu o problema que foi causado e está se mobilizando para controlar o desgaste — afirmou Ricardo Ze-no, sócio da consultoria de investimentos Guiada Bolsa, acrescentando que o preço da ação da mineradora está abaixo do das concorrentes.

Em Nova York, os recibos de ações da Vale tiveram valorização na segunda (0,24%) e na terça-feira (1,93%). Ontem, caíram 1,34%.

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/03/2019

Seção: O País

Autor: PATRIK CAMPOREZ

Título: Integrantes da CNBB criticam ações do governo

No lançamento da Campanha da Fraternidade, religiosos dizem que violência não vai diminuir ‘armando a sociedade’ e que o Planalto precisa ‘repensar’ esse tema; direitos dos povos indígenas também são cobrados

Reunidos na manhã de ontem para o lançamento da Campanha da Fraternidade de 2019, integrantes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) criticaram publicamente políticas de governo anunciadas pelo presidente Jair Bolsonaro, dentre elas a liberação da posse de armas de fogo e a possível exploração de minério em áreas indígenas. Procurado, o governo não se manifestou.

Para o secretário-geral da CNBB, Dom Leonardo Ulrich Steiner, o governo federal precisar rever algumas de suas decisões.

— Nós temos preocupação, por exemplo, com a questão de armar a população. Realmente (o governo) precisa repensar algumas questões. Não é armando a sociedade que vamos diminuir a violência — disse.

Ainda segundo Ulrich, a CNBB tem destinado especial atenção à questão da exploração da mineração em áreas indígenas e quilombolas, assunto que mobiliza setores do governo Bolsonaro:

— Temos atenção à tentativa de abrir as terras indígenas para a mineração. Isso preocupa a igreja porque nós estamos nessas comunidades. Porque não estamos interessados, em primeiro lugar, no mercado, no dinheiro. Estamos interessados, e assim Jesus nos obriga, a pensar nas pessoas.

RESPEITO AOS DIREITOS

O tema da campanha católica para o período da quaresma é “Fraternidade e Políticas Públicas — Serás libertado pelo direito e pela Justiça”. O cardeal Sérgio da Rocha fez um chamado à defesa do “direito à vida, à terra, à cultura dos povos indígenas”, destacando que “situações novas” não irão desviar a igreja da defesa do “povo mais sofrido”.

— Nós reafirmamos, neste momento, que a igreja continua a insistir que a construção da paz aconteça por meio da justiça social, do respeito aos direitos do povo mais sofrido. Continuamos a defender o direito à vida, à terra, à cultura dos povos indígenas. Não é porque temos situações novas que nós vamos deixar de anunciar aquilo que tem sido critério orientador da ação e do pronunciamento da própria conferência episcopal — disse o presidente da CNBB.

Oficialmente, a CNBB não se manifestou sobre medidas adotadas pelo atual governo, ressaltando que a igreja não se envolve em assuntos partidários. O presidente da CNBB afirmou, porém, que é papel dos católicos, enquanto parcela da população, acompanhar a efetivação das políticas públicas e avaliar seus resultados.

— A igreja não pretende oferecer soluções técnicas, nem se deixa guiar por ideologias ou partidos, mas oferece o que tem de mais precioso, o evangelho, a fé. Tendo sempre como grande ponto a palavra de Deus. A campanha exige sempre muito diálogo, ações conjuntas e comunitárias. A construção de políticas públicas deve ser tarefa coletiva numa sociedade democrática e participativa — afirmou o cardeal Sérgio da Rocha.

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, disse que o Ministério Público está de olho em temas do presente, como a violação de direitos de populações pobres:

— As políticas públicas devem zelar por todos, de modo que ninguém esteja fora do seu alcance de proteção. O MP está incumbindo de zelar para que as políticas públicas não discriminem.

MME / ASCOM .